



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**A INFLUÊNCIA DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DO RACISMO: UMA ANÁLISE DA
FORMAÇÃO SOCIAL HISTÓRICA E ECONÔMICA DO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES DO
CAPITALISMO DEPENDENTE.**

MARIA ISABEL SOARES BARROS¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar através da formação social histórica e econômica do Brasil de que forma o Estado reproduz e legitima o racismo. Diante disso, sinaliza que o sistema capitalista se constituiu sobre os alicerces de estruturas discriminatórias, fomentadas contra a população negra, formando e forjando as relações do país.

Palavras-chaves: Racismo. Capitalismo dependente. Estado.

ABSTRACT

This article aims to analyze through the historical and economic social formation of Brazil that the State reproduces and legitimizes racism. In view of this, it signals that the capitalist system was built on the foundations of discriminatory structures, encouraged against the black population, forming and forging the country's relations.

Keywords: Racism. Dependent capitalism. State.

INTRODUÇÃO

As relações raciais, de gênero e classe, estão profundamente interligadas com a formação social, histórica e econômica do Brasil, elas representam aspectos de um passado marcado pelas ideologias de uma herança escravocrata, patriarcal e classista. No entanto, essa herança não ficou apenas no passado e/ou na história, ela é reproduzida e permanece afincada e ativa nas relações sociais atuais. A herança escravocrata associada a herança classista, incentiva

¹ Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o processo de desenvolvimento das estruturas sociais e econômicas, afetando desproporcionalmente a população negra em detrimento da população branca, ao reproduzir o racismo estrutural. O patriarcado, ao apropriar-se dessa condição de subalternidade conferida, condiciona a mulher a anulação da sua humanidade e a impõe aos espaços de dominação. Potencializados com o fator racial, a população negra recorrentemente foi e é o alvo preferencial das classes dominantes e conseqüentemente do Estado quando o quesito é manter as relações de poder, colocando para a população negra o dilema: “branquear ou desaparecer” (Fanon, 2008).

De acordo com o Atlas histórico-econômico do Brasil (2024), as atividades agrícolas sempre foram as principais atividades econômicas desde o período colonial, diante de uma burguesia parasitária, isso contribuiu para a utilização da mão de obra escravizada. Ao compreender esses apontamentos iniciais, é imprescindível associá-los com o tipo de economia que o Brasil ocupa no mundo, necessário voltar-se ao seu passado e as heranças cravadas para entender momentos que foram cruciais e motivadores para o status economicamente que ocupa hoje de capitalismo dependente, compreendendo a realidade social como uma totalidade, composta por um longo processo material, social, histórico e dialético.

O Brasil foi um país colonizado (leia-se invadido e saqueado) e essa base colonial foi mantida pela escravização de nativos oriundos da África que foram sequestrados para exercer o trabalho servil. As riquezas que eram extraídas e/ou produzidas no país eram enviadas para a sua nação colonizadora, a metrópole, sendo fonte de excedentes acumulativos para geração econômica. Com a transição tardia do sistema escravista para o sistema capitalista, atingiu tardiamente a industrialização, o país fomentou uma economia dependente/periférica em relação aos demais países, essa transição de sistemas irá alterar consideravelmente as estruturas econômicas, produtivas e sociais.

Essas modificações não passaram a ter causas e efeitos apenas internamente, mas a nível mundial “revelando um sistema - capitalista - que se espalha tornando os espaços territoriais heterogêneos e gerando todo tipo de desigualdades” (Osório, 2019, p. 183), implicando “uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista” (Osório, 2019, p. 206). A superexploração de uma maneira geral é a maior exploração da força de trabalho física do trabalhador, “em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (Marini, 2005, p. 152).

Diante do exposto, o artigo irá se estruturar em duas seções/dois momentos de reflexão, que irão se complementar. Inicialmente destaca as determinações históricas que tornaram o sistema escravocrata um antecessor benéfico para a produção e reprodução do sistema capitalista nas relações brasileiras. Em seguida, correlacionando com as determinações históricas expostas, apresenta de que maneira o Estado se torna um poderoso reproduzidor do racismo, evidenciando a particularidade do Brasil, enquanto capitalismo periférico.

SISTEMA ESCRAVOCRATA COMO ACUMULADOR DE CAPITAL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DO BRASIL

Para compreender as questões acerca da formação social, histórica e econômica do Brasil é necessário elucidar cronologicamente a história da exploração e dominação da força de trabalho e sexual da população negra escravizada, a superioridade da branquitude em detrimento da negritude, as violências cometidas e a constante opressão cometida contra a população negra mesmo após a abolição da escravatura. Desse modo, entendemos que a história do Brasil é alicerçada na história do derramamento do sangue do povo negro em busca da sua emancipação, além de tudo humana. Logo, as relações raciais formam (responsáveis pelo desenvolvimento da inicial economia e construção do país) e forjam (mascaram a relevância da população negra para a construção histórica, econômica, cultural do país) a construção sócio histórica do país.

O Brasil em 1500, oficialmente foi invadido e saqueado pelos portugueses, e os nativos do país foram explorados e expulsos dos seus territórios. O país pela sua vasta riqueza natural e capacidade de produção, torna-se colônia de Portugal. Esse projeto de dominação colonial, contou com a força de trabalho de milhares de africanos que foram sequestrados de seus países de origem para o trabalho escravizado. De acordo com Moura (2021, p.31), os escravizados passaram a ser chamados de pés e mãos dos senhores, e Angola de nervo das fábricas do Brasil, essas afirmações não serviam para destacar e valorizar a população negra, buscavam difundir a idéia de que os escravizados por serem negros eram inferiores, conseqüentemente eram passíveis de serem escravizados, legalizando e naturalizando a condição de dominação imposta.

Mesmo após a Independência do país e a proibição do tráfico de escravizados, o sistema escravocrata permanece, pois atendiam a necessidade econômica da época, que era predominantemente relacionada às atividades agrícolas, de trabalho braçal exercido pelos escravizados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Brasil foi, de longe, a região da América e depois o estado-nação que mais recebeu escravos em seu território. Desde 1550 até 1860, o continente africano “forneceu” cerca de 12 milhões de seres humanos para a América, dos quais aqui aportaram cerca de dez milhões. O Brasil recebeu por volta de quatro milhões dos que conseguiram chegar vivos dessa jornada de dor e sofrimento indescritíveis (Atlas, 2024, p.54).

Conforme Moura (2021) sinaliza, que o corpo do escravizado era violentado, mutilado e espancado até a morte, perdendo sua “humanização”. Destaca que apenas adquirindo o espírito de rebeldia, luta e reelaboração de comunidades livres, que conseguia a sua “reumanização”. Essas violências não permaneceram no passado histórico, elas apenas foram modificadas, ganharam novos nuances, passando a liderar os rankings de encarceramento, analfabetismo, desemprego, etc.

O processo de colonização foi muito além do domínio do território, ao “colonizar” o país, o colonizador determina a “zona do ser” e a “zona do não ser”, onde ele caracteriza a “zona do ser” como homem, branco, hetero, cristão, e da classe dominante. Aos que não se encaixam nesses pré requisitos são lançados na “zona do não ser”, e com isso tornam-se subalternos, primitivos, indignos e inferiores. Em vista disso, a população negra torna-se o símbolo do mal e do feio, o arquétipo dos valores inferiores (Fanon, 2008). A partir dessa distinção, lança especialmente a população negra escravizada em um abismo de discriminação, resultando não somente na escravização, mas nas práticas segregacionais que são reveladas através dos “reflexos sociais atuais que possuem efeito cascata nesse contexto histórico, apesar de longa data o racismo se perpetua de maneira conservadora e reacionária na atualidade” (Barros, 2022, p.14).

De fato, a escravização não foi apenas um modo de produção que foi superado, mas tornou-se uma disposição em conformidade com o racismo, que torna-se estrutural e estruturante das relações sociais. Constatando e legitimando que o sistema escravista e a abolição do mesmo, tornam-se etapas antecedentes que beneficiam o desenvolvimento capitalista. Partindo dessa premissa, percebe-se que a fonte geradora da economia era a força de trabalho exercida pelos escravizados responsáveis por todos os segmentos de geração da economia, a burguesia parasitária tinha a função de apenas manter as regras para a perpetuação desse modo de produção e usufruir dos bens e serviços produzidos. Certamente, o processo de acumulação de capital se deu por meio escravidão.

A ligação dessas primeiras indústrias com a escravidão possui um componente adicional que foi a atividade do tráfico legal (até 1831) e ilegal de escravos (até 1850). Parte

significativa dessas primeiras fábricas foi fundada por comerciantes envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades ligadas ao comércio de escravos (Atlas, 2024, p.101).

Ao entrar em vigor a abolição da escravização, os ex-escravizados foram dispensados sem a instauração de políticas reparatórias e compensatórias, sem nenhuma mínima parte do que foi produzido por eles durante séculos, permanecendo toda riqueza aos senhores que integravam a nascente burguesia capitalista. A Lei Áurea de 1888, é a menor lei do aparato jurídico, nitidamente não tinha intenções de promover a igualdade entre os povos, apenas registrar a abolição para fins burocráticos. De fato, a burguesia buscou controlar rigorosamente as despesas do Estado, para as despesas de ressocialização da população negra. Livres e lançados à própria sorte, buscam vender o único instrumento que possuem, a sua força de trabalho, para que possam manter seu sustento e de sua família, no entanto são considerados úteis para o trabalho escravo e, inúteis para o trabalho livre, resultando na massiva população desempregada em situação de miséria. A Princesa Isabel representando o Estado da época da abolição, ao declarar os ex-escravizados como cidadãos e trabalhadores igualmente livres,

Conforme a letra da lei, não promoveu quaisquer condições para que a população negra vivenciasse essa liberdade usufruindo da promoção da igualdade. Ao contrário, foram operados novos dispositivos de segregação para que a liberdade, legalmente posta para o povo negro, não se constituísse em ameaça para a manutenção das desigualdades socialmente estabelecidas (Silva, 2017, p.23).

O Estado, personificado na burguesia, passa a buscar força de trabalho em outros países - obviamente com antecedentes brancos -, para além de serem considerados donos da força de trabalho mais especializada e técnica, ajudariam o Brasil a embranquecer. Moura (2021), sinaliza que o número de imigrantes inseridos no mercado de trabalho foi bem maior do que o total de escravos "beneficiados" com a Lei Áurea. Lançando os ex-escravizados em situação de miséria, compondo a superpopulação relativa/exército industrial de reserva, ou fornecendo as piores condições de trabalho para a superexploração da mais-valia, de uma forma ou de outra alcançava-se o intuito: excluir a população negra do acesso a ascensão econômica, permanecendo na pobreza.

Desse modo, não é o Estado que cria a sociedade, e sim a sociedade que cria um Estado para atender aos interesses da classe dominante. A modernização conservadora atrelada ao Estado, possibilitou alguns pequenos avanços democráticos, como por exemplo, a própria abolição da escravização, os direitos que cerne às mulheres, etc, porém o que as impede



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

efetivamente de serem incorporadas pela sociedade é a preocupação apenas de instaurar as leis no papel e as considerar como acabadas e resolvidas, com o maior intuito de desmobilizar a luta social. Em contrapartida, não motiva a sua efetivação na mudança da ordem vigente, permanecendo em um contínuo processo de segregação social, protagonizando as situações de exclusão e pauperismo.

Essa conjuntura idealizada pela burguesia que obedece às regras do sistema capitalista, também é utilizada para mascarar a culpabilidade histórica e responsabilizar os próprios indivíduos pelas condições que não são oferecidas, para isso fomentam o mito da democracia racial, de que as relações raciais no Brasil são harmoniosas e que todos possuem acesso às mesmas oportunidades.

A promessa de “oportunidades iguais” é utilizada como desvio mistificador pela ideologia dominante, permanecendo para os que aspiram a uma oportunidade tão impalpável como um sonho impossível, é grande a tentação de virar as costas para toda essa questão da igualdade e procurar vantagens relativas para porções mais ou menos limitadas de homens ou mulheres em posição estruturalmente subordinada. É justamente isso que o artifício ideológico da “igualdade de oportunidades” tenciona obter prometendo um avanço em direção a uma condição cuja realização está negando e ao mesmo tempo excluindo a possibilidade de uma ordem social equitativa (Mészáros, 2002, p. 301).

O mito da democracia racial “segue justificando o discurso da meritocracia e a atribuição da responsabilidade sobre as expressões da questão racial enfrentadas pela população negra, não considerando os processos econômicos, sociais, políticos e culturais” (Barros, 2022, p.16). De acordo com Moura (2021), essa democracia racial de que tanto se fala, nunca existiu no Brasil fora dos Quilombos.

O Estado como expressão política dos interesses da classe dominante burguesa e do capitalismo, preserva e reproduz as relações de poder e utiliza-se da sua capacidade de influenciar e controlar a população, por exemplo, para reproduzir o mito da democracia racial e silenciar da história a importância do trabalho dos escravizados para a edificação econômica do país e as lacunas cometidas para a inserção dessa população.

O Estado burguês se apoiou no racismo para expropriar territórios e acumular capital a partir do comércio de corpos humanos, com homens e mulheres sendo coisificados por completo, escravizados, transformados em mercadoria comercializável (Rocha, 2021, p.67).

O ESTADO ENQUANTO REPRODUTOR DO RACISMO ANCORADO NAS BASES DO CAPITALISMO PERIFÉRICO: SUBORDINAÇÃO E (SUPER)EXPLORAÇÃO.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Estado de acordo com Mandel (1985), nasce junto com a propriedade privada, portanto mais antigo que o capitalismo, e possui três principais funções: Criar condições gerais de produção; Reprimir qualquer ameaça através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; Garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante. Destarte, o Estado assegura ao sistema capitalista a sua legalidade de exploração e o exercício do controle social por meio da força ou pelos seus aparelhos ideológicos. Essas funções, não coincidentemente vão em desencontro a promoção da extinção da segregação racial, o projeto extensionista da dominação da população negra é legitimada pelo Estado.

Desse modo, além do Estado não promover qualquer forma de inclusão social da população negra, mantinha o claro propósito de manter-lhes sob uma segregação cujos muros não eram físicos, nem impostos por força de leis específicas, mas de um apartheid garantido pela própria conformação social excludente, que impunha barreiras para que os que estavam em situação de exclusão e pobreza não ultrapassasse (Silva, 2017, p.34).

Com esse propósito, portanto, contém uma parcela dos trabalhos que exploram a força de trabalho através da mais valia, e outra parcela é lançada para compor a superpopulação relativa/exército industrial de reserva. O sistema capitalista busca na integralidade das circunstâncias benéficas para o seu desenvolvimento, mesmo os que estão exterior as relações de venda e compra da força de trabalho, contribuem para a rentabilidade do sistema.

Cresce, pois, uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento: não são os "inúteis para o mundo", [...] mas os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores - a oferta e procura- com evidente interferência na regulação dos salários [...] parcela da população trabalhadora cresce sempre mais rapidamente do que a necessidade de emprego para os fins de valorização do capital [...] Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa a acumulação do capital, encontrando-se a raiz da produção/ reprodução da questão social na sociedade capitalista (Iamamoto, 2001, p.15-16).

Pois não conseguindo expropriar a sua mais valia, automaticamente engendra o que Marx denomina de Exército industrial de reserva ou superpopulação relativa para pressionar a concorrência e tendencialmente conseguir extrair mais valia. Essa etapa, portanto de desemprego em massa, majoritariamente é designada a uma população predominantemente negra, liderando alarmantes índices de disparidade. Como podemos observar nos dados atuais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), a taxa de desocupação/desemprego é liderada pela população negra com 9,7%, os pardos somam 9,1% e os brancos 6,2%, a natureza



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

racista do capitalismo dependente brasileiro fomenta a acumulação por intermédio da superexploração da força de trabalho, e a disparidade entre brancos e negros.

O racismo torna-se fator configurante do modo de produção capitalista e tomam dimensões da barbárie que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. O Estado exercendo sua dominação no capitalismo dependente possui algumas particularidades, além das fissuras próprias ocasionadas pelas classes sociais. São elas, de acordo com Osório (2019), a condição dependente das formações sociais que se constitui, e a superexploração da força de trabalho.

Com caráter intrinsecamente conservador, o Estado busca atender aos interesses gerais do capital e não os interesses gerais da sociedade (Mandel, 1985), tornando a sociedade subordinada às vontades e às necessidades do capital, incessantemente em busca de obter vantagens. Nas relações de classe da sociedade brasileira, raça/cor/etnia informa classe e vice-versa, salvo exceções, prosseguindo com a herança escravocrata que se mantém ativa nas relações sociais mesmo após mais de um século de abolição.

O sistema capitalista se constituiu sobre os alicerces de estruturas discriminatórias brasileiras. De fato, o Estado não funciona como um mediador entre as classes sociais, sendo um representante do “interesse nacional” que atua com neutralidade (Mandel, 1985), afirma a sua centralidade nas relações que interessam ao poder político e econômico. O sistema capitalista, como periférico, possui suas bases mantidas através da (super)exploração e subordinação, que ao serem articuladas com racismo condicionam ao pauperismo extremo.

De acordo com Marini (2005), a superexploração da força de trabalho está intrinsecamente envolvida com a economia de dependência, que são identificados através de três mecanismos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao indivíduo para repor sua força de trabalho, caracterizando um modo de produção fundamentado em uma maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade humana e produtiva. Além desses mecanismos que são desenvolvidos contra a classe trabalhadora, ainda há a expropriação dos direitos sociais que mesmo conquistados e representantes de algum avanço, mas não são feitas para possibilitar a superação da exploração e dominação, são antes de tudo apaziguadoras e benéficas em alguma instância, o capitalismo, que atingem de maneiras distintas os indivíduos, sendo mais forte para reproduzir as desigualdades de classe, gênero e raça, reafirmando a natureza racista do capitalismo dependente brasileiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com isso, viabiliza reduzir a composição-valor do capital, que, adepto à ampliação do fortalecimento da exploração do trabalho, faz com que cresçam de maneira síncrona as taxas de mais-valia e de lucro.

A produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus — como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil — foram assentadas sobre o trabalho escravo. (Marini, 2005, p.138).

A diminuição da taxa de lucro nos países dependentes, é compensada pela superexploração da força de trabalho com elevadas taxas na rentabilidade do capital variável. Destarte, acarretando que a economia dependente segue ao desenvolver e ampliar as exportações, com preços mais vantajosos para os países industriais e atrativo para os capitais externos, o que permite dar constância a movimentação (Marini, 2005). Portanto, a superexploração da força de trabalho é a combinação entre exploração e acumulação, obrigando a trabalhar mais tempo com menor salário. Somados aos condicionantes históricos do Brasil, a superexploração da força de trabalho encontra no racismo mecanismos de atuação para a contínua segregação e exploração.

CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS FINAIS

Ao analisar a construção social, econômica e histórica do Brasil, destaca-se o pacto de interesses entre o Estado e o sistema capitalista com os projetos prioritários de interesse da classe dominante, onde essa articulação gera ataques às classes tidas como subalternas, agravando quando trata-se da população negra. Esse cenário indica, como bem sinaliza Moreira (2020), que não é possível destruir o racismo sem a destruição das bases que o sustentam, pois o racismo se coloca como uma estratégia de exploração e dominação do capital sobre os corpos racializados.

A liderança nos rankings de desemprego, trabalho informal, analfabetismo, afetados por desastres ambientais, entre outros, são algumas maneiras modernas de dominar e excluir a população negra do cenário social, econômico e histórico. Destarte, é desmistificado a concepção de que a população negra é “esquecida” pelo Estado, pelo contrário, o Estado encontra-se com a atenção centralizada em apartar essa população de direitos e acesso a políticas. O Estado, vai



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

moldando as realidade de acordo com as relações que já existem. Essas práticas racistas, encaradas como uma das consistentes e perversas armas ideológicas da dominação exercida na sociedade capitalista (Moura, 2021), na realidade brasileira é acentuada com as raízes históricas de um país de economia dependente.

Diante da compreensão histórica apresentada, não se esgota aqui obviamente. Mas, podemos assimilar que toda a história não ocorreu ocasionalmente, mas com a constante influência do Estado em atender os interesses da classe dominante, e conseqüentemente do capitalismo. Pois a história tomaria outro rumo, caso a população recém liberta do sistema escravocrata fosse inserida na sociedade com um projeto de realmente inclusão na sociabilidade, e não apenas colocá-las em situação de pauperização, sem nenhum suporte, sem condições mínimas de sobrevivência. Se os escravizados tivessem recebido parte, nem que mínima do que produziram, teriam condições de se desenvolver economicamente numa sociedade capitalista, e/ou com políticas reparatórias e compensatórias. Mas o Estado optou por colocar os escravizados numa situação de fragilidade, insegurança e pauperização para atender às necessidades do capitalismo e do exército industrial de reserva. Ao impor o lugar de inferioridade aos ex - escravizados e obrigar que aceitem qualquer condição de trabalho para ter o mínimo, como por exemplo vender sua força de trabalho mais barata e ser superexplorada, ou compor o exército industrial de reserva.

REFERÊNCIAS

ATLAS histórico-econômico do Brasil no século XIX. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024. Disponível em: https://nephes.org/wp-content/uploads/2024/SARAIVA_NABARRO_GOLDFEDER_%282024%29_Atlas%20historico-economico%20-%20Livro%20Digital.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

BARROS, Maria Isabel Soares. **Jô Oliveira: Representatividade, pioneirismo e visibilidade negra na Câmara Municipal de Campina Grande - PB.** 2022. 66f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/28713/1/PDF%20-%20Maria%20Isabel%20Soares%20Barros.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **A questão Social no Capitalismo.** Revista Temporalis n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Contínua Trimestral**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/40106-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2024>. Acesso em: 28 mai. 2024

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistências ao escravismo**. Teresinha: EdUESPI, 2021.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução de Fernando Correa Prado. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROCHA, Andréa Pires. Direitos Humanos e a Perversa Convivência com o Racismo: Algumas reflexões para o Serviço Social *In*: EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (org.). **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021.

SILVA, Alcione Ferreira da. **Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra**. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/PDF%20-%20Alcione%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 14 mai. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**